

# A “ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ” NO PENSAMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA “ALEMANHA” NO SÉCULO XIX

Clarice Menezes Vieira<sup>1</sup>; Mário Motta de Almeida Maximo<sup>2</sup>

## RESUMO

Tornou-se elemento quase indispensável às narrativas tradicionais da História do Pensamento Econômico dedicadas à “Escola Histórica Alemã” associar diretamente o contexto político e econômico da “Alemanha” em meados do século XIX ao surgimento da “Escola”. O “atraso” econômico e político daquele “país”, relativamente aos padrões inglês e francês, teria dado origem, em seus territórios, a movimentos de cunho “reacionário”, cujo maior exemplo seria o Romantismo Alemão, do qual a “Escola Histórica” seria descendente intelectual direta. Embora admitindo que o surgimento das idéias guarda relações com o “ambiente” no qual surgem, sugere-se, nesse artigo, que a forma como essa associação vem sendo usualmente feita no caso da “Escola Histórica Alemã” merece qualificações e revisões. Este é, precisamente, seu objetivo, ou seja, demonstrar, a partir de uma descrição do ambiente econômico, político e intelectual da “Alemanha” ao longo do século XIX, que pelo menos dois problemas colocam-se a esta forma de associação, um deles vinculado ao contexto econômico e político da Confederação Germânica, e outro relacionado ao ambiente intelectual onde surgiu a “Escola”. A partir desta análise, sugere-se a relevância da ampliação da pesquisa acadêmica a respeito da “Escola”, à luz dos novos elementos discutidos, admitindo sua importância não apenas como tema da História do Pensamento, mas igualmente como forma de compreensão o atual estágio das “ciências econômicas”.

**Palavras-Chave:** História do Pensamento Econômico; Escola Histórica Alemã de Economia; História da Alemanha.

## ABSTRACT

It has become an almost indispensable element to traditional narratives of the History of Economic Thought devoted to the "German Historical School" to directly associate the political and economic context of "Germany" in the mid-nineteenth century to the emergence of the "School". The economic and political "backwardness" of that "country", compared to the English and French standards, would have resulted in the appearance, in their territories, of movements of 'reactionary' nature, whose major example would be the German Romanticism, of which the "Historical School" would be direct intellectual descendant. While admitting that the emergence of ideas keep relations with the "environment" in which they arise, it is suggested in this article that how this association has been usually done in the case of "German Historical School" deserves qualifications and revisions. This is precisely their goal, namely, to demonstrate, from a description of Germany's economic, political and intellectual environment during the nineteenth century, that at least two problems arise to this form of association, one linked to the economic and political context of the German Confederation, and other related to the intellectual environment where the "School" arises. From this analysis, it is suggested the relevance of academic research about the "School" in the light of the new evidence discussed, acknowledging its importance not only as a topic of History of Thought, but also as a means of understanding the present stage of "economics".

**Key Works:** History of Economic Thought; German Historical School of Economics; German History.

## ARTIGO SUBMETIDO ÀS SESSÕES ORDINÁRIAS

**ÁREA:** METODOLOGIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

**SUB-ÁREA:** HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta – Departamento de História e Economia – DHE/IM/UFRRJ.

<sup>2</sup> Professor Substituto – Departamento de História e Economia – DHE/IM/UFRRJ; doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional – PEPI/IE/UFRRJ.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos livros de economia política, em Mill, por exemplo, que Liévin estudara no início com grande ardor, esperando a todo minuto encontrar a solução dos problemas que o absorviam, encontrou leis extraídas da situação da agricultura européia; mas não compreendia de maneira alguma por que tais leis, inaplicáveis à Rússia, tinham de ser universais. (Liev Tolstói, Anna Kariênina<sup>3</sup>)

Na descrição de Tolstoi de seu personagem, um proprietário de terras preocupado com a administração de suas posses e com os avanços agrícolas na Rússia na segunda metade do século XIX, dois traços se insinuam. Em primeiro lugar, parece que, até mesmo um homem sem instrução formal, como o personagem, tinha contato com o pensamento “clássico” inglês, personificado na figura de John Stuart Mill, cuja obra de 1848, de fato, havia sido traduzida para várias línguas ao longo da segunda metade do século. Ela sugere, por outro lado, que parecia claro que as “leis gerais” da “economia política” e as recomendações de política delas advindas não eram, necessariamente, aplicáveis a toda e qualquer “realidade”. Esses dois elementos – a penetração e a rejeição da economia política inglesa na Europa continental do século XIX – são sempre destacados pela literatura como primordiais para compreender o surgimento e o desenvolvimento do que se convencionou chamar “Escola Histórica Alemã”.

Parece natural que certas narrativas da História do Pensamento Econômico (HPE) adquiriram conotações duvidosas. Afinal, como narrar, em espaços reduzidos, algo tão complexo como o movimento das idéias sem utilizar generalizações, simplificações, reduções, arranjos, composições, esquemas, sistematizações? Diriam, inclusive, que esse é o grande ofício do historiador, seja ou não das ideias: organizar o emaranhado complexo da realidade através de um recorte, uma teoria, uma forma de olhar. Isso, porém, não faz com que deixe de ser também sua tarefa a de retornar ao “mundo” dos detalhes, dos “dados”, à complexidade da realidade, seja pra re-escrever alguma história já contada, seja pra apontar como certas narrativas acabaram por se distanciar tanto do real que praticamente perderam qualquer conexão com ele.

A essa tarefa nos propomos aqui, ao observar que, com o passar dos anos, afora entre um grupo muito reduzido de especialistas, as narrativas da HPE a respeito da chamada “Escola Histórica Alemã” foram cada vez mais reduzidas e simplificadas, a ponto de hoje, quando ainda aparecem na literatura, soarem antes como fábulas do que como formas minimamente aceitáveis, dentro do senso comum científico, de descrever um movimento intelectual. Não é objetivo deste artigo, porém, oferecer uma nova interpretação para a “Escola” ou questionar mesmo a sua existência. Pretendemos, antes, a partir de uma descrição sumária do que nos contam os manuais a respeito da “Escola”, apontar alguns aspectos do contexto histórico onde aquele pensamento surgiu

---

<sup>3</sup> Tradução de Rubens Figueiredo, para a Cosac Naify, São Paulo, 2005, p. 304.

que, no mínimo, colocam problemas àquelas narrativas. Após esta Introdução, na seção dois apresentamos o que entendemos ser a narrativa mais comum e corriqueira que surge (quando surge) nos manuais de HPE a respeito da “Escola”. A seção três apresenta elementos do ambiente político e econômico da “Alemanha” no período do desenvolvimento da “Escola” que colocam um primeiro “problema” àquelas narrativas, sendo um segundo apresentado na seção quatro, a partir da descrição de aspectos do ambiente intelectual onde a “Escola” surgiu. A seção cinco, finalmente, resume e aponta algumas possibilidades de pesquisas ulteriores que o artigo sugere.

## **2. A “ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ” NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO**

As narrativas mais comuns sobre a “Escola Histórica Alemã”<sup>4</sup> se iniciam descrevendo o contexto político e econômico da “Alemanha” em meados do século XIX, especialmente a partir de seu “atraso” relativamente aos padrões inglês e francês que, por um lado, já haviam passado por processos de “modernização” política e unificação nacional e, por outro, pelo dinamismo econômico advindo da Revolução Industrial. Este atraso teria dado origem, na “Alemanha”, a movimentos de cunho “reacionário”, tanto do ponto de vista político, especialmente após a “derrota” das Revoluções Liberais de 1848, quanto intelectual, cujo maior exemplo é o chamado Romantismo Alemão, que pregaria um “retorno” aos ideais medievos e uma rejeição aos ideais liberais associados à Revolução Francesa. A “Escola Histórica Alemã” é apresentada neste contexto, ou seja, surge diretamente associada, sem maiores cuidados ou discussões metodológicas, aos fenômenos políticos e econômicos observados na “Alemanha”, que se tornam assim os causadores primeiros ou primordiais do movimento<sup>5</sup>.

Seguindo a narrativa, após esta “justificativa” das forças motivadoras do movimento, surgem em geral quatro principais assuntos: i) Friedrich List; ii) a “velha” escola histórica; iii) a “nova” escola histórica; e iv) a “batalha dos métodos”.

List é apontado como o grande precursor da “Escola”, a partir de sua ácida crítica à noção smithiana de que o caminho para o desenvolvimento da riqueza das nações pode seguir a mesma “receita” em qualquer tempo-espaço, já que desconsidera que o momento e a posição em que uma nação ingressa ou tenta ingressar naquele caminho altera suas janelas de oportunidade. Com essa avaliação, List torna-se simultaneamente precursor da teoria do desenvolvimento econômico, já que

---

<sup>4</sup> Para uma descrição detalhada das concepções a respeito da “Escola” na História do Pensamento Econômico, ver SENN, 2005.

<sup>5</sup> Essa postura advém de uma concepção filosófica acerca do surgimento das idéias muito particular, qual seja, a de que estas são frutos diretos do ambiente histórico do qual brotam. Isso não impede, porém, que nas mesmas narrativas, em outros momentos, opte-se por outras concepções filosóficas, mesmo que diametralmente opostas, como a concepção muito usual entre os manuais de HPE de que as ideias têm uma dinâmica própria, autônoma em relação ao tempo e ao espaço.

pioneiro na crítica ao cosmopolitismo clássico, e da “Escola Histórica Alemã”, já que destacou a importância da consideração de aspectos históricos nas discussões da ciência econômica.

A sequência das narrativas se apresenta como uma gradativa radicalização destas duas ideias, supostamente, portanto, centrais ao movimento, quais sejam, a da necessidade da adoção de uma abordagem histórica à economia e a rejeição ao pensamento “clássico”, especialmente no que diz respeito a suas recomendações liberais de política. Ao levar ao extremo esta rejeição ao “método clássico”, a “Escola” teria acabado por se perder em análises históricas descritivas extensas e exaustivas, caindo no mal entendido de abandonar a tentativa de elaborar generalizações teóricas. Esta suposta incapacidade de elaborar teorias ou de desenvolver ou aplicar o “método histórico” para a ciência econômica teria culminado em sua fatal derrota na “batalha dos métodos”, pois teria se tornado tarefa quase trivial, a cargo de Carl Menger, a de destruir o empirismo ingênuo da “Escola” de supor que “os fatos falam por si mesmos”. A derrota teria sido finalmente confirmada com a subsequente “vitória” do pensamento neoclássico, ainda que sua herança tenha resistido ao perecimento definitivo com o posterior surgimento do institucionalismo americano, liderado por Thorstein Veblen.

Saindo deste grande esquema e olhando novamente para a história, por vários ângulos estas narrativas poderiam ser questionadas em seu aspecto fabular. Interessa-nos, porém, apenas sugerir alguns elementos que podem enriquecer estas narrativas, ou lançar novas luzes que apontem para interpretações alternativas acerca não apenas da importância do pensamento “alemão”, mas da conexão deste pensamento com o ambiente político, econômico e institucional onde surgiu. Estes elementos, como será visto, colocam alguns problemas ou perguntas à maneira tradicional de interpretar a “Escola” e, por essa razão, podem estimular o surgimento de novas “formas de olhar” para a mesma.

### **3. A “ALEMANHA” AO LONGO DO SÉCULO XIX**

O primeiro problema com o qual a interpretação mais corriqueira da “Escola Histórica Alemã” se defronta é: se esta foi fruto da situação “particular” na qual se encontrava a “Alemanha”, como estabelecer esta conexão com um território que, naquele momento histórico, encontrava-se política e economicamente fragmentado em Estados com características bastante distintas, e que, ao mesmo tempo, estavam envolvidos em disputas extremamente acirradas uns com os outros?

Pois pelo menos até 1870 (ou mesmo depois), não há como encontrar um Estado territorial unificado que possa ser identificado com a “Alemanha” como compreendida contemporaneamente. O espaço territorial hoje associado ao nome foi, ao longo do século XIX, especialmente entre 1815 e 1866, uma verdadeira arena de batalhas, com a peculiaridade de nenhum confronto militar ter

eclodido, afora aqueles destinados a reprimir insurreições, revoluções ou revoltas de cunho “liberal” ou popular<sup>6</sup>.

Até a Revolução Francesa, o território estava organizado politicamente em aproximadamente 243 unidades políticas, com maiores ou menores graus de autonomia com relação ao poder do Sacro Imperador Romano da Nação Germânica. Formalmente, o Império era composto politicamente pelo Rei dos Germanos, que deveria ser nomeado Imperador pelo Papa (até 1508), e pelos Estados Imperiais (*Reichsstände*). A titulação, em toda a história do Império, sempre foi concedida através de eleições: ainda no século IX, pelos líderes dos cinco principais povos de suas terras (francos, saxões, bávaros, suábios e turíngios); posteriormente, por seus principais duques, eclesiásticos e seculares; e, finalmente, a partir do século XIV, com a Bula de Ouro de 1356, pelos Príncipes Eleitores (*Kurfürsten*). O Conselho de Eleitores era composto, de acordo com a Bula, por sete membros: o Rei da Boêmia, o Arcebispo de Mainz, o Arcebispo de Trier, o Arcebispo de Colônia, o Duque da Saxônia-Wittenberg (ou Saxônia Eleitoral), o Margrave do Brandemburgo e o Conde-Paladino da Renânia. Esta estrutura sofreu poucas alterações ao longo dos séculos seguintes<sup>7</sup>, e, em fins do XVIII, o Conselho de Eleitores era formado por oito membros, com a inclusão, na lista anterior, de Hanover<sup>8</sup>.

A Revolução Francesa e especialmente as Guerras Napoleônicas alterariam, porém, profundamente a fisionomia política da Europa Central<sup>9</sup>. Em especial, a secularização dos territórios eclesiásticos e a anexação (ou “mediatização”) de pequenos Estados e das Cidades Imperiais não foram canceladas após a derrota napoleônica em 1815. A nova organização dos territórios “alemães”, a Confederação Germânica, correspondeu à transformação das aproximadamente 234 unidades políticas do Império em 38 Estados Dinásticos soberanos e 04 cidades livres – Frankfurt, Hamburgo, Bremen e Lübeck (Ver Anexo).

Em termos de distribuição de poderes na Confederação, a “potência” dominante, como antes no Sacro Império, era a Áustria, embora sua presença territorial no Sul da “Alemanha” tenha desaparecido. Em seguida, estava a Prússia, cujos territórios agora concentravam aproximadamente

---

<sup>6</sup> Assim, a noção de uma “Escola” de pensamento “alemã” não poderia estar associada ao elemento de uma “nacionalidade” como compreendida contemporaneamente; o único elemento que poderia se associar ao adjetivo, e ainda assim com restrições, seria a unificação em torno da língua.

<sup>7</sup> Durante a Guerra dos Trinta Anos, o Conde-Paladino da Renânia perdeu seu *status* de Eleitor, passado ao Duque da Bavária. Após a guerra, o oitavo Eleitorado foi então criado para incluir novamente a Renânia. Em 1692, o Duque de Brunswick-Hanover tornou-se o nono membro do Conselho. Em 1777, com a extinção da Dinastia da Bavária e com sua herança pelo Conde-Paladino da Renânia, os dois votos passaram a representar apenas um, e o Conselho volta a ter oito membros, permanecendo neste número até a dissolução do Império.

<sup>8</sup> Para a estrutura política e evolução do Império, ver BRYCE, 1964; GAGLIARDO, 1991; ou GOOCH, 1948.

<sup>9</sup> Entre outras coisas, o Império deixou formalmente de existir em 1806.

metade da população da Confederação, porém apresentando uma localização bastante distinta do período anterior às Guerras<sup>10</sup>.

Seguidos da Áustria e da Prússia estavam os chamados “Estados do Meio” (*Mittelstaaten*): Oldenburgo, Hanover, Holstein, Mecklenburgo-Sterlitz, Mecklenburgo-Schweis, Baden, Württemberg, Bavária e Saxônia. O termo foi cunhado especialmente para designar aquelas entidades que, embora nitidamente inferiores política e territorialmente com relação à Áustria e à Prússia, podiam se colocar como obstáculos ao expansionismo de ambas.

A estrutura política da Confederação, como articulada pelas Atas Finais do Congresso de Viena e, posteriormente, pela Constituição Final de Viena em 1820, correspondeu a uma forma de associação bastante frouxa entre seus membros, que mantiveram praticamente todas as prerrogativas de Estados soberanos. Ao mesmo tempo, as possibilidades efetivas de atuação da Confederação enquanto unidade política foram bastante limitadas, sendo garantidas especialmente questões relacionadas à manutenção do princípio monárquico, à legitimidade dinástica e ao controle de movimentos revolucionários.

De fato, a opinião geral entre os historiadores é a de que a forma pela qual a Confederação foi articulada teria “respondido” a duas necessidades centrais da conjuntura política da Europa pós-napoleônica: por um lado, a de evitar a formação de um Estado soberano unificado no espaço da Europa Central; e, ao mesmo tempo, a de assegurar a existência de uma entidade com uma articulação política suficiente para inibir a expansão de outros Estados sobre aquele espaço. Em outras palavras, a Confederação teria garantido um “equilíbrio de poder” entre as cinco “Grandes Potências”, ou correspondido a uma espécie de “pentarquia” européia. Concordando ou não com esta análise, o período entre 1815 e 1866 não testemunhou, de fato, conflitos militares entre os Estados da Confederação. Isso não impediu, porém, que, como sugerido, aquele espaço tenha se configurado como uma verdadeira arena de batalhas, onde disputas políticas e econômicas, que em certos momentos se aproximaram de conflitos bélicos, envolvessem todos os principais Estados confederados<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Como “compensações” pela perda de territórios no Leste e na Saxônia, a Prússia recebeu os territórios ocidentais da Renânia e da Westphalia; além disso, suas possessões estavam concentradas em dois Blocos territoriais separados por territórios como Hanover, Hesse-Kassel e Hesse-Darmstad (ver Anexo); nem todos os territórios da Áustria e da Prússia, porém, foram incluídos na Confederação, mas apenas aqueles que faziam antes parte do Sacro Império; do Império Austríaco estavam excluídos portanto os Reinos da Hungria, Dalmácia, Galícia, Croácia e Eslavônia, Lombardia e Veneza, Istria, a Principalidade da Transilvânia e o Ducado de Bucovina; do Reino da Prússia, agora dividido em 10 províncias (09 em 1824, com a junção das Províncias de Cléves-Berg e do Baixo Reno), não faziam parte as Províncias da Prússia Leste e Oeste e Posen (as sete outras eram: Silésia, Brandemburgo, Saxônia, Westphalia, Baixo Reno, Cléves-Berg e Pomerânia).

<sup>11</sup> Para uma descrição dos efeitos da Revolução Francesa em cada um dos principais Estados do Império, ver GOOCH, 1948; para a descrição dos eventos diplomáticos e políticos entre 1792 e 1815, ver BRUNN, 1965; para detalhes sobre a estrutura da Confederação, ver PORTILLO, 1994; para um resumo da Ata Final da Confederação, lançada em 1820, e o Congresso de Viena, ver GULICK, 1965; e ORRUÑO et al., 1994; para distintas interpretações sobre a idéia de “balanço de poder”, ver CARR, 1979; e SCHROEDER 1992.

As disputas econômicas envolviam especialmente os acordos comerciais, alfandegários e tarifários conduzidos entre os Estados da Confederação e com estes e outras “nações”, que implicavam na criação de distintas “áreas econômicas” no interior da mesma; e as disputas políticas envolviam os direitos da Dieta da Confederação *vis-à-vis* o de seus Estados membros sobre questões relacionadas à sua soberania.

Em outras palavras, ao contrário do que contam as histórias nacionalistas sobre o “lento e gradual” processo de unificação alemã, que culminaria no estabelecimento do Segundo Império Alemão em 1870-1, aquele espaço assiste, no século XIX, a um período de “guerra”, ainda que não “aberta”, por sua dominação<sup>12</sup>, que eventualmente seria decidida nas guerras “abertas” vencidas pela Prússia entre 1864 e 1871. É neste contexto que surge o pensamento da “Escola Histórica Alemã”.

As deliberações do Congresso de Viena no que diz respeito às relações comerciais entre os Estados da Confederação foram bastante limitadas. Sua Constituição Federal, pelo Artigo 19, estabelecia que os Estados Confederados reservavam para si o direito de decidir, na primeira reunião da Dieta da Confederação em Frankfurt, sobre a maneira de regular o comércio e a navegação de um Estado para outro. Até inícios de 1817, porém, nenhuma resolução concreta havia sido efetivada, especialmente pela forte resistência da Áustria, e os Estados em geral mantinham suas políticas protecionistas autônomas. Ao mesmo tempo, as iniciativas e pressões de alguns Estados e Organizações Comerciais para a transformação da Confederação em uma zona de livre comércio<sup>13</sup> foram em geral negligenciadas ou ignoradas pela Dieta Federal, tanto nas Conferências de Carlsbad, de 1819, quanto na Reunião Ministerial de 1820.

Neste momento, a Áustria, na figura de Metternich, ainda liderava politicamente os encontros diplomáticos da Confederação. A Conferência de Carlsbad, por exemplo, foi convocada por aquele Estado com vistas a “forçar” a adoção de medidas conservadoras pelos Estados da Confederação, que, apesar das resistências de diversos membros, especialmente da Bavária e de Württemberg, foram aprovadas pela Dieta<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Este é o comentário de HENDERSON, por exemplo, a respeito da formação do *Zollverein* (União Alfandegária) de 1834, muito celebrada pelas narrativas de cunho nacionalista: “*The Zollverein was founded after fifteen years of bitter economic strife that followed the issue of Prussia’s tariff of May 1818. The notion that it was set up as the result of the rise of a German national consciousness and was a touching example of brotherly co-operation on the part of the various States will not bear examination for a moment. Banaerts points out that ‘the formation of the German customs union was characterized by the very opposite of this ‘national movement’ which legendary history and inaccurate writings subsequently ascribed to it’. The States concerned fought for their own narrow interests and many of them joined the Zollverein only when economic depression and empty exchequers made further resistance to Prussia impossible.*” (1968, p. 95)

<sup>13</sup> Especialmente dos Estados do Sul, sobretudo Württemberg.

<sup>14</sup> As chamadas “Resoluções de Carlsbad” foram estimuladas, como se sabe, especialmente pelos encontros estudantis ocorridos em Jena em 1817 por ocasião do 300º aniversário da Reforma Protestante; pela fundação, no ano seguinte, da *Allgemeine Deutsche Burschenschaft*; e, naquele mesmo ano, pelo assassinato de um diplomata russo por um estudante de teologia em Heidelberg.

A maioria dos Estados da Confederação ainda não havia “modernizado” seu sistema alfandegário, ou seja, os impostos em geral não eram uniformes e não eram cobrados nas fronteiras, mas nas estradas e rios navegáveis<sup>15</sup>, o que estimulava uma ampla rede de contrabando. Apenas os territórios do Sul haviam, ainda no período napoleônico, instituído um sistema tarifário “moderno”, notadamente a Bavária, em 1807, Württemberg, em 1810, e Baden, em 1812.

É neste contexto que a Prússia, em 1818, decide, de forma unilateral, “modernizar” seu sistema tarifário e alfandegário, unificando as tarifas e deslocando a cobrança de impostos alfandegários para as fronteiras de seu território<sup>16</sup>. Embora o objetivo central da medida, para a maioria dos historiadores especializados, tenha sido o de aliviar os imensos custos de manutenção do sistema tarifário anterior e reduzir o contrabando, aumentando, com isso, as possibilidades de arrecadação fiscal do Estado, ela representou na prática uma iniciativa para a criação de uma “zona” econômica sob liderança da Prússia, especialmente na porção norte da Confederação. Os protestos dentro e fora da Confederação se seguiram, em função dos efeitos que supostamente causaria, especialmente a alteração nos padrões comerciais da Europa Central e a perda do mercado consumidor prussiano.

De fato, o novo sistema gerava o problema imediato do relacionamento comercial entre a Prússia e seus enclaves ou, mais especificamente, o de como seriam tratados os bens partindo de ou chegando àqueles Estados<sup>17</sup>. O governo prussiano decidiu unilateralmente, algumas semanas após a divulgação da nova tarifa, tratá-los como seu próprio território e, portanto, cobrar impostos de importação dos bens que cruzavam suas fronteiras em direção àqueles. Tal decisão causou imediatos protestos por parte dos enclaves, especialmente de Schwarzburg-Sonderhausen, e da maioria dos Estados da Confederação, iniciando-se uma espécie de guerra tarifária entre aqueles e a Prússia<sup>18</sup>.

Mais geralmente, a instituição da tarifa acionou um longo processo de disputas no interior da Confederação, envolvendo direitos, tratados e arranjos comerciais e alfandegários, que gerariam alguns efeitos singulares. Em primeiro lugar, a instituição, em 1828, de três Uniãos Alfandegárias distintas no interior da Confederação: a União Alfandegária do Norte, que representou, na prática, a incorporação dos enclaves prussianos e de Hesse-Darmstadt em seu sistema; a União Alfandegária do Sul, formada basicamente pela Bavária e Württemberg, criada especialmente como reação à tarifa prussiana e sua expansão e em resposta às resistências da Áustria em conduzir quaisquer

---

<sup>15</sup> Segundo HENDERSON (1967) existiam, por exemplo, na Prússia, em 1815, aproximadamente 60 taxas diferentes desta natureza; SNYDER (1969) acusa 67 tarifas distintas e 119 moedas em circulação no território.

<sup>16</sup> O restante deste sub-item está baseado, além das referências citadas, em HENDERSON, 1968; BLACKBOURN, 1998; BAZILON, 1990; HAMEROW, 1966; JOLL, 1971; e FOOT, 1971.

<sup>17</sup> Como se nota pela Figura do Anexo, tratava-se dos três Ducados Anhalt, de uma parcela do território da Saxônia-Weimar, de uma parcela do território de Schwarzburg-Sonderhausen e de parcelas de Schwarzburg-Rudolstadt.

<sup>18</sup> Hesse-Kassel, por exemplo, ainda em início de 1819, proibiu a entrada de qualquer bem de origem prussiana em seu território.



negociações comerciais no âmbito da Dieta da Confederação; e a União Comercial da Alemanha “do Meio” (*Mitteldeutscher*), formada por um corredor de Estados na porção central da Confederação: Hanover, Saxônia, Hesse-Kassel, Nassau, Brunswick, Oldenburgo, Frankfurt, Bremen, os Ducados Saxônicos, as Principidades Reuss, Hesse-Homburg, Schwarzburg-Rudolstadt e o Alto Reino de Schwarzburg-Sonderhausen. Esta última foi especialmente estimulada pela Áustria, com vistas a evitar que qualquer uma das Uniões já estabelecidas se fortalecesse em demasia, e pela Inglaterra, em função de seus interesses comerciais no território<sup>19</sup>.

Esses eventos desencadearam, por sua vez, a formação do *Zollverein*, em 1834, que, na prática, foi produto de uma cuidadosa costura política da Prússia para desarticular a União da Alemanha do “Meio”. Esta costura se deu não apenas através de tratados comerciais (por exemplo, em 1829, entre as Uniões do Norte e do Sul), mas igualmente pelas ações para desviar os fluxos comerciais que utilizavam os caminhos da União através do investimento em rotas “alternativas”, seja pela “abertura” do Reno ou pela construção de estradas em sentido Norte-Sul. Os termos que a Prússia utilizava para negociar com os Estados da Confederação nesta estratégia eram especialmente a concessão de empréstimos e subsídios. O primeiro Estado a sucumbir às pressões prussianas foi, em 1830, Hesse-Kassel, que, “violando” a cláusula dos acordos da União da Alemanha do “Meio” de não ingressar em nenhum outro sistema alfandegário até 1834, entra, em agosto de 1831, no sistema da Prússia, em termos semelhantes a Hesse-Darmstadt<sup>20</sup>.

Com o acordo, a Prússia não apenas uniu, em termos comerciais e alfandegários, seus dois blocos territoriais, como separou a União da Alemanha “do Meio”: Hanover não possuiria mais uma ligação comercial “direta” com os Estados Turingianos e com a Saxônia. Em maio de 1832, Hanover, Oldenburgo, Brunswick, Nassau, Bremen e Frankfurt fizeram um protesto formal à Dieta contra Kassel pela violação de seu acordo com a União, mas, frente à defesa veemente da Prússia, a mesma nunca passou qualquer julgamento sobre a questão.

Enquanto Hanover liderava os protestos, as negociações prussianas seguiram, por um lado, com a Saxônia e, por outro, com os Estados do Sul e os Ducados Saxônicos; e, ao longo do ano seguinte, foram finalmente seladas com a formação do *Zollverein*, que entrou em vigor em janeiro de 1834.

---

<sup>19</sup> Comenta-se em geral que o interesse da Inglaterra na formação de uma União “do Meio”, com baixas tarifas, residia especialmente na manutenção das rotas de Hamburgo e Bremen para a Itália, através de Hanover, Hesse-Kassel, o Reno e a Suíça, e para a Boêmia, através dos Estados Turingianos e da Saxônia; no caso dos Países Baixos, seu interesse residia sobretudo em suas exportações, a partir de Amsterdam e Rotterdam, para os Estados do Sul, especialmente do açúcar refinado; mais geralmente, comenta-se que o acordo foi estabelecido sobretudo para, por um lado, evitar a expansão e o fortalecimento econômico das Uniões Alfandegárias do Norte e do Sul (especialmente pois “emperraria” o comércio no sentido Leste-Oeste); e, por outro, para manter “abertas” as principais rotas comerciais do espaço alemão em sentido Norte-Sul, especialmente as de Hamburgo e Bremen para Frankfurt e Leipzig, pelas quais trafegava um importante volume de bens ingleses.

<sup>20</sup> A entrada foi influenciada sobremaneira pelos distúrbios revolucionários de 1830, uma parte dos quais foi dirigido precisamente contra as casas alfandegárias do território.

Formado inicialmente por 22 Estados<sup>21</sup> para um período inicial de oito anos, o *Zollverein* era estritamente uma união alfandegária e suas questões seriam reguladas por um Congresso Geral anual no qual era necessária a unanimidade<sup>22</sup>. No mesmo ano, Hanover e Brunswick formaram, em uma espécie de “retaliação”, uma União Fiscal (*Steuerverein*), à qual viriam a se juntar ainda Oldenburgo (em 1836) e Lippe-Schaumburg (em 1838). Além destes, estavam inicialmente fora do *Zollverein*: as três cidades hanseáticas, Frankfurt, as duas Mecklenburgos, Schleswig, Holstein e Lauenburgo, Nassau, Baden e a Áustria. O território do *Zollverein*, portanto, ainda não “possuía” acesso à costa do Mar do Norte e às fozes de importantes rios alemães, notadamente, o Elba, o Weser e o Reno.

Alguns anos após o estabelecimento do *Zollverein*, a Confederação ingressa nas Conferências Ministeriais que se seguiram aos distúrbios revolucionários ocorridos em diversos Estados na esteira das Revoluções na França em 1848, que levariam ao estabelecimento do Parlamento Nacional, eleito por voto popular, reunido em Frankfurt com o objetivo de elaborar uma constituição para uma Alemanha unificada. Após longas discussões, o Parlamento rascunhou uma constituição para a Alemanha como um Estado Imperial Constitucional, cuja coroa foi oferecida a Frederico William IV, Rei da Prússia, com o título de “Imperador dos Germanos”. Frederico, como se sabe, recusou a oferta, com base em argumentos de legitimidade das decisões. Alguns meses após os eventos, porém, Frederico uniu os reis de Hanover e da Saxônia em uma liga sem a presença da Áustria para estabelecer a unidade nacional.

Após o rascunho de uma nova constituição pelos três Estados membros, em alguns meses mais 18 Estados faziam parte da Liga. Um Parlamento foi assim convocado para se reunir em Erfurt em Março de 1850. A Áustria, porém, com vistas a desintegrar a Liga, convocou os membros da Confederação para se reunir na Dieta de Frankfurt. Quando o Parlamento da Confederação ainda estava reunido em Setembro, o Eleitor de Hesse-Kassel, membro do *Zollverein*, convocou a Dieta da Confederação para vir em auxílio às insurreições causadas no Estado pela abolição da constituição. Este evento levaria ao momento em que a disputa entre a Áustria e a Prússia pela liderança na Confederação esteve mais perto de se realizar em disputas bélicas, já que a Áustria declarou seu apoio ao Eleitor de Hesse-Kassel e a Prússia foi contra, pois o Estado havia desrespeitado suas obrigações para com o *Zollverein*. Em Novembro, os exércitos da Áustria e da Prússia se encontraram em Hesse-Kassel. Uma reunião entre os dois primeiros ministros ocorreu em

---

<sup>21</sup> Em 1834, a Confederação Germânica contava com 37 Estados e 04 Cidades Livres; os 22 Estados do *Zollverein* eram: a Prússia, os três Ducados de Anhalt, Waldeck, Hesse-Darmstadt, Hesse-Kassel, Bavária, Württemberg, Saxônia, os quatro Estados Saxônicos da Turíngia, as quatro Principidades Reuss, Schwazburg-Rudolstadt, Schwazburg-Sonderhausen, Hohenzollern-Hechingen e Hohenzollern-Sigmarien.

<sup>22</sup> Apenas 15 Congressos foram de fato realizados entre 1834 e 1866.

Olmütz, e, na ocasião, a Prússia cedeu a todas as exigências austríacas e retirou seus exércitos de do Estado<sup>23</sup>.

Com a Áustria diplomaticamente fortalecida, e com a saída de Metternich do cargo de Primeiro Ministro, iniciam-se as discussões para sua entrada no *Zollverein*<sup>24</sup>. A proposta austríaca, porém, formalmente apresentada à Dieta da Confederação em 1850, seria mais ousada: a substituição do *Zollverein* por uma União Econômica que incluísse todos os Estados da Confederação. Para viabilizá-la, a fronteira alfandegária entre a Áustria e a Hungria foi abolida em 1850 e o sistema tarifário do Império foi reformado em 1852. O momento mostrava-se oportuno pois o acordo do *Zollverein* venceria em fins de 1853 e precisaria ser renovado<sup>25</sup>.

A atitude da Prússia frente à “ameaça” austríaca foi negociar em 1851, sem a consulta aos demais membros do *Zollverein*, a entrada de Hanover e da União Fiscal no mesmo. O acordo com Hanover, por um lado, “empurrava” a Prússia em direção ao liberalismo, já que o Estado era o mais ativo dentre os defensores daquelas políticas; e, por outro, a “garantia”, caso os demais membros do *Zollverein*, especialmente os “protecionistas” do Sul, se aproximassem da Áustria. Pelo acordo, o *Zollverein* e a União Fiscal seriam amalgamados em janeiro de 1854, e Hanover, por seu turno, receberia uma série de vantagens financeiras e comerciais.

Os anos de 1851 e 1852 assistiram, portanto, a uma verdadeira “queda de braços” entre a Áustria e a Prússia no que se refere à questão alfandegária e comercial. O Congresso Geral do *Zollverein*, em 1852, chegou a ficar “emperrado” por meses, já que a Prússia insistia em negociar a renovação da União antes de discutir os planos austríacos. O resultado final – que contou inclusive com a intervenção diplomática do Czar, interessado na manutenção de um bloco político unido como contrapeso à França na Europa Central – foi a assinatura de um tratado comercial entre a Áustria e a Prússia, em 1853. O Tratado, que duraria por doze anos, representou na prática uma espécie de “retaliação”, no plano econômico, da derrota da Prússia, no plano político, em Olmütz, pois, com o mesmo, a entrada da Áustria no *Zollverein* estaria impedida.

Um segundo episódio similar ocorreria ainda na década de 1860, estimulado pelo acordo comercial entre a França e a Inglaterra assinado em 1860. O fato de a França “aplicar” os termos do tratado apenas ao comércio com a Inglaterra, e não estendê-lo, como aquela, aos demais países com os quais mantinha relações comerciais, poderia prejudicar os fluxos comerciais do Continente. A França, neste contexto, utilizou a conjuntura para pressionar por uma diminuição das tarifas

---

<sup>23</sup> O evento ficou conhecido como “humilhação de Ölmütz”.

<sup>24</sup> Metternich era o principal opositor da “modernização” alfandegária da Áustria, sem a qual a mesma não poderia negociar qualquer participação no *Zollverein*.

<sup>25</sup> Segundo HENDERSON: “Thus, on the eve of the ninth Zollverein General Custom Congress the aims of Austria and Prussia had been clearly stated. Austria favored the creation of an Austro-German customs union. Prussia offered no more than an Austro-Zollverein commercial treaty. The position of the smaller German States was less plain. As far as possible they avoided coming to any decision but hoped to make satisfactory terms – especially financial terms – for themselves by playing off one German Great Power against another.” (1968, p. 209)

aplicadas pelo *Zollverein* a seu comércio, contra a qual os Estados do Sul manifestaram-se veementemente.

A Prússia novamente negociou unilateralmente com a França, em 1862, um acordo de redução de tarifas, na expectativa de “forçá-lo” posteriormente aos demais membros do *Zollverein*. Como a União deveria ser novamente renovada em 1865, a aceitação do tratado poderia ser utilizada pela Prússia como condição de sua manutenção. Se a manobra fosse bem sucedida, as chances de a Áustria ingressar no *Zollverein* estariam praticamente eliminadas, pois o estágio de desenvolvimento de suas manufaturas, sem condições de competitividade com os bens franceses, a impedia de aceitar o livre comércio.

O ano de 1862 assistiu, portanto, ao início de uma espécie de “guerra de bastidores” que colocava a Áustria e a Prússia no campo de batalha. Após a subida ao poder de Bismarck, porém, sua posição seria peremptória: os membros do *Zollverein* que não estivessem dispostos a aceitar os termos do acordo comercial com a França poderiam livremente abandonar a União. O resultado da manobra, novamente, foi positivo: o acordo foi aceito sem a saída de nenhum dos membros do *Zollverein* e o mesmo foi renovado por mais quinze anos.

Em resumo, “às vésperas” da Guerra da Dinamarca (1864), considerada a primeira das Guerras da Unificação Alemã, a Prússia saía vitoriosa de uma “guerra” comercial e, em grande medida, econômica, que já a acompanhava por aproximadamente 30 anos. Como se sabe, o resultado do conflito seria o controle prussiano de Schleswig e do porto de Kiel (em Holstein), a anexação de Lauenburgo, e a entrada de Schleswig e Holstein no *Zollverein*.

Apenas um ano depois, a Guerra Austro-Prussiana, que custou à Prússia apenas três semanas de conflito, selaria os destinos políticos da Confederação Germânica. Após a Guerra, 29 dos 32 Estados da recém extinta Confederação e a cidade de Frankfurt<sup>26</sup> já faziam parte do *Zollverein*. A Prússia comunicou o fim da Confederação, anexou diretamente Hanover, Hesse-Kassel, Nassau, Schleswig-Holstein e Frankfurt e formou, junto com outros 22 Estados, a Confederação da Alemanha do Norte. O que é ainda mais importante, os Estados do Sul, os mais combativos opositores da Prússia (além da Áustria) na antiga Confederação, estabeleceram com a mesma uma aliança militar, temendo o expansionismo de Napoleão III.

Finalmente, com a Guerra Franco-Prussiana, a Prússia consegue finalmente “quebrar” a resistência dos Estados do Sul e, após a rápida derrota da França, o Segundo Império Alemão foi proclamado em janeiro de 1871.

Após esta brevíssima apresentação do “ambiente” político e econômico dos territórios onde nasceu a “Escola Histórica Alemã”, convém repetir a pergunta colocada no início desta seção: como

---

<sup>26</sup> No âmbito da Confederação, só não eram membros do *Zollverein*, portanto, as três cidades Hanseáticas e a Áustria.

esta “Escola”, que surge exatamente neste ambiente<sup>27</sup>, pode ser a representação de uma situação “particular” na qual se encontrava a “Alemanha”? A apresentação do surgimento deste pensamento como representação de uma situação política e econômica “particular” não deveria, ao menos, receber, neste contexto, maiores qualificações?

#### 4. O AMBIENTE INTELECTUAL “ALEMÃO” AO LONGO DO SÉCULO XIX

Após observar o ambiente econômico e político da “Alemanha” ao longo do século XIX, convém apresentar brevemente o “clima” intelectual daqueles territórios, pois uma apreciação sobre o mesmo coloca uma segunda pergunta (ou problema) para as narrativas tradicionais da “Escola Histórica Alemã”. Como será discutido, os autores da “Escola” são, em geral, professores universitários, e, como tais, funcionários públicos de algum Estado da Confederação. Se a “Escola” representou um reflexo da “ânsia” da “Alemanha” em alcançar o grau de desenvolvimento econômico da Inglaterra ou da França, por que nenhum dos autores a ela associados, pelo menos os da “primeira geração”, serviu ao Estado Prussiano ou se associou a alguma de suas Universidades, já que a Prússia foi, na prática, a grande líder no processo de unificação alemã e de seu posterior *catch-up*?

Neste contexto, o primeiro aspecto geral que se deve destacar sobre o ambiente intelectual da “Alemanha” ao longo do século XIX é (curiosamente) a importância da fundação da Universidade de Berlim, em 1810, ou, mais geralmente, a disseminação do chamado “modelo humboltiano” de universidade nos territórios da Confederação<sup>28</sup>.

Em 1789, das 143 universidades da Europa, 35 estavam na “Alemanha”<sup>29</sup>, com 40% dos estudantes em suas quatro maiores: as universidades de Halle, Göttingen, Jena e Leipzig. Após a Revolução Francesa, apenas 83 sobreviveram. As 24 Universidades Francesas foram abolidas e em vinte cidades foram substituídas por escolas especiais ou faculdades isoladas. Na Alemanha, 19 das 35 universidades desapareceram. As dezesseis universidades que sobreviveram estavam em Erlanger, Freiburg, Giessen, Göttingen, Greifswald, Halle, Heidelberg, Jena, Kiel, Königsberg, Landshut (transferida para Munique em 1825), Leipzig, Marburg, Rostock, Tübingen e Würzburg<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> O ano-marco do início da “Escola” em geral é o de 1843, com o lançamento dos *Grundriss*, de Roscher (ver a frente), que era professor em Leipzig, no Estado da Saxônia.

<sup>28</sup> Embora as universidades, especialmente neste período, não sejam necessariamente a fonte e a origem do pensamento intelectual de uma época, no que diz respeito ao “pensamento econômico alemão” essa instância institucional foi, de fato, o principal *locus* para a sua articulação e disseminação, como será discutido à frente.

<sup>29</sup> A descrição sobre a situação das universidades e do ensino que se segue esta baseada nos artigos da coletânea *A History of the University in Europe*, editada por Walter Rüegg, especialmente: RÜEGG, 2004a e 2004b; CHARLE, 2004; GERBOD, 2004a e 2004b; GEVERS e VOS, 2004; BRIGGS, 2004; e HAMMERSTEIN, 2004.

<sup>30</sup> Nesta classificação, seguindo a tendência levemente anacrônica das narrativas do período, as referências utilizadas não incluem como “alemães” as Universidades do território austríaco, mesmo aquelas localizadas dentro dos limites da Confederação; as que permaneceram abertas foram Viena, Salzburg, Innsbruck e Praga; na Prússia, estavam localizadas

Após a derrota de Tilsit sofrida pelo Estado Prussiano, em 1806, três novas Universidades seriam fundadas ou reabertas: as Universidades de Berlim (1810), Bonn (1818) e Breslau (1811)<sup>31</sup>. A fundação da Universidade de Berlim<sup>32</sup> estaria diretamente conectada às reformas institucionais pelas quais o Estado Prussiano passou entre aproximadamente 1807 e 1814<sup>33</sup>, pois uma delas foi, precisamente, a reforma educacional concebida por Friedrich Schleiermacher e defendida por Wilhelm Von Humboldt. Humboldt teria persuadido o Rei da Prússia, adepto de ideais franceses e de seu “modelo” de ensino e pesquisa, baseado em escolas especializadas, a fundar, em 1810, a Universidade de Berlim sob os moldes do que ficou conhecido como “modelo alemão”. Este modelo, que primava pela aproximação do ensino e da pesquisa e pela liberdade de pesquisa por parte dos professores, teria sido adotado, em maiores ou menores graus, em toda a Europa, inclusive na Inglaterra e, já a partir de meados do século XIX, os territórios alemães seriam vistos como exemplos de universidade “moderna” não só na Europa, mas nos EUA e no Japão<sup>34</sup>.

Neste modelo, o Estado tinha apenas duas funções com relação às Universidades: proteger sua liberdade e apontar seus professores. Um professor universitário na “Alemanha” era tipicamente um funcionário do Estado, mas era livre para aceitar a melhor oferta financeira entre os Estados da Confederação, e a mobilidade dos professores entre as universidades do território era bastante comum.

O modelo não foi, porém, adotado em sua totalidade ou de forma homogênea em todos os territórios “alemães” e, em 1818, sofreu forte recuo em relação aos planos originais de Von Humboldt<sup>35</sup>. Na Universidade de Göttingen, por exemplo, uma das que adotaram o modelo

---

as Universidades de Greifswald, Halle e Königsberg; a de Jena pertencia ao Estado da Saxônia-Weimar; a de Giessen, a Hesse-Darmstadt; a de Marburg, a Hesse-Kassel; as de Erlanger, Würzburg e Munique, à Bavária; a de Kiel, ao Estado de Holstein; a de Leipzig, à Saxônia; Rostock, à Mecklenburgo; Heidelberg e Freiburg, a Baden; Tübingen, a Württemberg; e Göttingen, a Hanover (ver localizações no Anexo).

<sup>31</sup> Segundo CHARLE (2004), na segunda metade do século XIX, as novas fundações prussianas eram, de fato, as universidades mais importantes da “Alemanha”.

<sup>32</sup> Usualmente vista como compensação pela perda da Universidade de Halle após o Tratado de Tilsit, que eventualmente, porém, após o Congresso de Viena, retornaria a territórios prussianos.

<sup>33</sup> O período das Reformas se inicia, formalmente, em julho de 1807 quando Frederico Guilherme III apontou uma Comissão para Reorganização Militar, essencialmente designada para investigar as causas da derrota de 1806 e propor medidas de reorganização do exército; logo depois é instituída uma Comissão Imediata encarregada de uma reformulação de todo o sistema político da Prússia; para grande parte dos historiadores, as Reformas representaram na prática apenas um avanço temporário das chamadas “alas reformistas” da burocracia e do exército prussianos, que já vinham se articulando no interior do Estado desde o século XVIII; após a derrota de Napoleão e o Congresso de Viena, porém, estas forças seriam novamente eclipsadas pela ala “conservadora” e o programa de Reformas sofreria grande recuo para as Reformas e seus efeitos, ver RÜRUP, 2000; BROSE, 1997; HAFFNER, 1998; FINER, 1975; e ROSENBERG, 1958.

<sup>34</sup> Segundo HAMMERSTEIN (2004), de fato, o alemão era a língua mais importante do mundo acadêmico antes da Primeira Guerra Mundial; na ocasião da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1, a vitória da Prússia teria sido creditada precisamente à suposta superioridade do sistema de ensino “alemão”.

<sup>35</sup> Neste ano, como comentado, Metternich conseguiu aprovar as Resoluções de Carlsbad que, entre outras coisas, baniu as organizações estudantis, impunha medidas de controle e censura às Universidades e apontava um comissário de cada Estado da Confederação para supervisionar as atividades das Universidades; Metternich já havia feito tentativa semelhante no Congresso de Aachen, mas não conseguiu aprovação, especialmente pela resistência da Prússia representada por Von Humboldt; as “Resoluções de Carlsbad” só seriam revogadas em 1848.

prussiano e, de fato, uma das principais universidades da Confederação, sete professores seriam afastados do cargo em 1837 pelo novo rei Ernst Georg August em função de seus protestos contra a revogação da Constituição do Estado de Hanover. Von Humboldt pediria demissão de sua posição como Diretor da Seção para Assuntos Eclesiásticos e Educação do Ministério do Interior, logo antes da abertura da Universidade de Berlim, pois o Rei da Prússia não aceitou a transformação da Divisão em um Ministério da Educação em separado<sup>36</sup>.

A mais importante consequência desse processo, porém, seria a profissionalização das carreiras universitárias e o crescimento da importância política do ambiente universitário nos territórios “alemães”. Gradativamente, as figuras associadas aos movimentos políticos na Confederação tinham uma formação universitária, ou eram mesmo professores universitários, assim como crescia a importância dos movimentos estudantis, o que pode ser comprovado pelos distúrbios revolucionários de 1830 e 1848. Na Assembléia Nacional de Frankfurt de 1848, por exemplo, três quartos de seus membros eram graduados em universidades, a maioria em direito, e 49 de seus 830 membros eram professores universitários.

No que diz respeito ao pensamento econômico, esse processo parece bastante nítido: a maioria dos autores que debatiam questões relacionadas à economia, inclusive aqueles associados à “Escola Histórica Alemã”, estavam nas universidades, em geral nas Faculdades de Direito, responsáveis pelas cadeiras de *Staatswissenschaften* (Ciências do Estado ou Ciência Política)<sup>37</sup>. Segundo Hodgson (2001), havia aproximadamente 20 “cadeiras” dedicadas aos assuntos de economia nos territórios “alemães” em inícios do século XIX, e a tradição do ensino de “economia” era muito mais presente naqueles Estados do que no restante da Europa ou na Inglaterra<sup>38</sup>.

Nas primeiras décadas do século XIX<sup>39</sup>, o pensamento da “economia política inglesa” parecia bem conhecido e mesmo dominante entre os responsáveis pelas “cadeiras” de “economia”

---

<sup>36</sup> Em 1817, porém, seria criado o Ministério para Culto, Educação Pública e Assuntos Médicos; o primeiro Ministério da Educação na França foi estabelecido em 1828 e, ao longo do século, Ministérios similares foram criados por todo o Continente.

<sup>37</sup> De fato, em geral se considera que a “economia” ou a “ciência econômica”, no sentido institucional, nasceu na Prússia, quando Frederico Guilherme indica, ainda em 1723, a fundação de duas cadeiras de “ciências camerais” nas Universidades de Halle e de Frankfurt am Oder; ao longo do século XIX, o “campo” da economia em termos acadêmicos estava incluído no título de *Staatswissenschaften*, que, em algumas universidades, tinham uma faculdade própria e, em outras, surgiam como cadeiras da Faculdade de Direito; os temas incluíam direito, economia, administração pública, ciência política e história.

<sup>38</sup> Ainda segundo BRIGGS (2004), apenas nas universidades “alemãs” havia cadeiras separadas que depois dariam origem às ciências sociais: antes do século XIX eram chamadas de *Statistik* e posteriormente de *Staatswissenschaften* (diferentemente, por exemplo, da Inglaterra, onde uma cadeira específica não surgiu em universidades até a segunda metade do século XIX: em Oxford, o grau de “economia” só surge em 1921; e a primeira cadeira específica em Cambridge foi a de Alfred Marshall.

<sup>39</sup> A descrição que se segue sobre o “pensamento econômico” na “Alemanha” está baseada especialmente em YAGI, 2005; PEARSON, 1999; MONTES, 2008; TOMO, 1995; KRABE, 1995; MILFORD, 1995; BETZ, 1988; HAGEMANN, 1995; BARKAI, 1989; TRIBE, 1988; IKEDA, 1995; e HODGSON, 2001.

nos territórios “alemães”<sup>40</sup>. A principal “porta de entrada” de Adam Smith naqueles territórios foi a Universidade de Göttingen, entre outras razões pela ligação do Estado de Hanover com a Inglaterra<sup>41</sup>.

As duas figuras em geral associadas à disseminação das idéias de Smith são August Ferdinand Lueder (1760-1819) e Georg Sartorius (1765-1828), ambos professores em Göttingen. O primeiro lançou, em três volumes, entre 1800 e 1804, *Ueber Nationalindustrie und Staatswirthschaft nach Adam Smith bearbeitet* (Sobre Indústria Nacional e Economia Política de acordo com Adam Smith); e o segundo, em 1796, *Hanbuch der Staatswirthschaft zum Gebrauche bey akademischen Vorlesungen, nach Adam Smith's Grundsätzen ausgearbeitet* (Manual de Economia Política para o uso em aulas de acordo com os conceitos básicos de Adam Smith). Na porção leste do território da Confederação, o principal disseminador das idéias de Smith seria Christian Jakob Kraus (1753-1807), que, professor em Königsberg de Filosofia Prática e Cameralismo, havia estudado em Göttingen.

No período anterior a W. Roscher, considerado tradicionalmente como o fundador da “Escola Histórica Alemã”, as principais obras escritas em língua alemã dedicadas às *Staatswissenschaften* nos territórios “alemães”, além das anteriormente citadas, são classificadas em geral como representações do pensamento “clássico” inglês. Estes são os casos de Gottlieb Hufeland (1760-1817), Friedrich B. W. Von Hermann (1795-1868) e Karl Heinrich Rau (1792-1870). O primeiro foi professor em Jena, Würzburg, Landshut e Halle, e escreveu *Neue Grundlegung der Staatswirtschaftskunst* (Nova Fundamentação da Arte da Economia Política, em dois volumes, lançados em 1807 e 1813). O segundo foi professor da Universidade de Munique, sendo a primeira edição de seu *Staatswirtschaftliche Untersuchungen* (Investigações sobre a Política Econômica) lançado em 1832. Rau foi o mais influente “economista” “alemão” antes de Roscher. Seu trabalho principal, *Lehrbuch der politischen Ökonomie* (Manual de Economia Política) em três volumes, lançado de 1826 a 1837, era, de fato, a principal obra de referência para os autores da “Escola Histórica”, e sua estrutura seria a mesma seguida por seu sucessor em Heidelberg, Karl Knies (ver a frente). As obras destes autores, através das quais eram ensinadas nas universidades as *Staatswissenschaften*, tratavam-se basicamente de compilações e discussões das obras de Smith e J. S. Mill.

---

<sup>40</sup> O que pode ser atestado pelo surgimento pioneiro, nos territórios “alemães”, do chamado “Problema de Smith” (*Das Adam Smith Problem*), ou seja, as supostas inconsistências filosóficas entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações* (ver, a respeito, MONTES, 2008).

<sup>41</sup> A primeira tradução para o alemão da *Riqueza das Nações*, de Schiller, aparece em dois volumes: o primeiro volume, publicado em Leipzig, no mesmo ano de lançamento, continha os Livros I, II e III, sendo os livros IV e V traduzidos em 1778; esta primeira tradução, porém, não teria sido bem recebida; em 1792 e 1794, o filósofo Christian Grave (de Göttingen) publica, em Breslau, uma tradução popular em dois volumes que se torna amplamente difundida.



Os três autores considerados como “líderes” da “primeira geração” da “Escola Histórica Alemã” são, como se sabe, Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898).

Roscher estudou em Göttingen e Berlin. Em 1844, tornou-se professor de “economia” na Universidade de Leipzig, onde permaneceu até sua morte. Seus dois livros mais importantes *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirtschaft nach geschichtlicher Methode*, de 1843<sup>42</sup> (em geral traduzido para o inglês como Esboço de um Curso de Economia Política segundo o Método Histórico) e o *System der Volkswirtschaft* (Sistema de Economia Popular, em cinco volumes, lançados de 1854 a 1894), foram publicados, respectivamente, em Göttingen e Stuttgart. O segundo, de fato, se tornaria o principal “manual” de economia política utilizado nas universidades da Confederação, especialmente o primeiro volume, intitulado *Die Grundlagen der Nationalökonomie* (publicado em 26 edições entre 1854 e 1922 e traduzido para o inglês em 1878 como *Principles of Political Economy*), sendo considerado mesmo como um dos principais manuais de economia produzidos no século XIX.

Por volta de 1855, Roscher havia se tornado tão famoso em Viena, por exemplo, que foi recomendado para assumir a cadeira de Ciências do Estado da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade de Viena<sup>43</sup>. Carl Menger dedicaria seus *Grundsätze* a Roscher, e, em 1876, enviou Eugen Böhm-Bawerk e Friedrich Wieser para Leipzig para estudar com Roscher em um curso avançado de Ciências do Estado, incluindo economia, finanças públicas e administração. No ano anterior, Menger já havia sido enviado para assistir ao seminário de Knies na Universidade de Heidelberg.

Bruno Hildebrand nasceu na Turíngia, e estudou história na Universidade de Leipzig. Por seu envolvimento nos movimentos estudantis, fugiu para Breslau, onde foi preso. Em 1839, após receber a titulação correspondente ao doutoramento em 1836, tornou-se professor de história da Universidade de Breslau. Em 1841, porém, seria apontado como responsável pela cadeira de *Staatswissenschaften* da Universidade de Marburg. Hildebrand foi eleito deputado da Assembléia Nacional de Frankfurt em 1848 e, após a vitória das forças reacionárias, se exilou na Suíça, onde, em 1851, teve uma cadeira na Universidade de Zurich. Em 1861, Hildebrand aceitou um convite da Universidade de Jena e retornou para Turingia. Em 1863, iniciou seu *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik* (Anuário de Economia Política e Estatística). Um de seus principais trabalhos, *Die Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft, und andere gesammelte Schriften* (A Economia Política do Presente e do Futuro e Outros Escritos), seria publicado em 1848, em Jena.

---

<sup>42</sup> Considerado como o marco inicial da “Escola” e como uma espécie de “manifesto” da mesma.

<sup>43</sup> Por razões financeiras, acabou não sendo chamado, e quem assumiu o posto foi um professor da Universidade de Kiel, Lorenz von Stein.

Karl Knies (1821–1898) nasceu em Marburg e se formou em história, filosofia e teologia na Universidade de Marburg, onde foi aluno de Hildebrand. Em 1846, recebeu o doutoramento e, em 1848, o governo de Kassel o apontou como professor em uma escola técnica com o objetivo de reformulá-la. Após a vitória das forças conservadoras no Estado, foi afastado do cargo e se exilou na Suíça até 1855, quando a Universidade de Freiburg o ofereceu a cadeira de *Staatswissenschaften*. No ano seguinte foi indicado pelo governo de Baden a reorganizar todo o sistema educacional do Estado. Acabou sendo afastado do cargo e convidado a assumir a cadeira na Universidade de Heidelberg, onde permaneceu o resto de sua carreira, de 1865 a 1896<sup>44</sup>.

O sistema de ensino de “economia” seguido por Knies, estabelecido pelo seu predecessor, Karl Heinrich Rau, estava dividido em três grandes blocos: economia geral (*Allgemeine Volkswirtschaftslehre*), política econômica e economia “prática” (*Praktische oder spezifische Nationalökonomie und Volkswirtschaftspolitik*) e finanças públicas (*Finanzwissenschaft*). A bibliografia de referência mais importante utilizada por Knies em seus cursos eram as obras de Rau e de Roscher. Além dos cursos, Knies inaugurou um seminário regular em economia (*Staatswissenschaftliches Seminar: Praktikum für politische Ökonomie* – Seminário Político-Científico: Estágio para Economia Política), que se iniciou em 1871-2, quatro anos antes de Menger iniciar seus seminários em Viena. Entre seus alunos visitantes de outros Estados estiveram J. B. Clark (1874), Böhm-Bawerk e Wieser (1876), R. T. Ely (1878) e N. Kanai (1887). O seminário de Knies em Heidelberg se tornou, de fato, um dos principais locais de encontro dos territórios “alemães” para estudos de economia.

Observando, assim, a “geografia política” do ambiente acadêmico dos três principais autores da “primeira geração” da “Escola Histórica Alemã”, pode-se constatar, em primeiro lugar, que todos eram professores universitários e, portanto, foi como produto daquele *locus* institucional que a “Escola” se estabeleceu. Seu período de maior atividade foi a partir de meados do século XIX, exatamente o momento em que a Confederação Alemã assistia aos embates políticos e econômicos mais acirrados entre seus Estados membros, especialmente a disputa que envolvia a Áustria e a Prússia pelo “domínio” no interior da Confederação. Como professores universitários, embora tivessem liberdade de escolher onde lecionar, eram funcionários públicos de seus respectivos Estados, e sua nomeação dependia de decisões políticas. O que chama à atenção na descrição acima, e o que coloca, novamente, um problema às narrativas tradicionais a respeito da “Escola Histórica Alemã”, é que nenhum dos três fundadores da “Escola” estavam associados ou vinculados aos dois principais Estados da Confederação. Roscher permaneceu por 50 anos como professor em Leipzig,

---

<sup>44</sup> Um de seus alunos ilustres, como se sabe, foi Max Weber, em 1883, que assumiria a cadeira de Knies em Heidelberg em 1896.

no Reino da Saxônia; Knies, por 13 anos em Heidelberg, que pertencia ao Estado de Baden; e Hildebrand passou sua carreira acadêmica em Marburg (Hesse-Kassel) e Jena (Saxônia-Weimar).

O Ducado da Saxônia (ou Saxônia Eleitoral) ocupava grande parte da porção centro-leste da atual Alemanha. Com as guerras napoleônicas, o apoio à França elevou o território à categoria de Reino. Após 1815, grande parte de seu território foi anexado pela Prússia sendo o restante dividido para a formação do Reino da Saxônia e de cinco Ducados ou Grão-Ducados. Na Guerra Austro-Prussiana, o Reino da Saxônia apoiou a Áustria, sendo anexado na Confederação da Alemanha do Norte após sua derrota. O Grão Ducado da Saxônia-Weimar-Eisenach foi um dos mais liberais e cosmopolitas Estados da Confederação. O Grão Ducado de Baden, por sua vez, foi um dos territórios da Confederação onde a influência dos ideais franceses foi mais duradoura. O Estado apoiou a França nas guerras napoleônicas e sua estrutura institucional foi totalmente reformulada segundo os padrões franceses. Foi, ao mesmo tempo, um dos Estados onde os movimentos revolucionários de 1830 e 1848 foram mais radicalizados.

Em resumo, nenhum dos Estados da Confederação Germânica aos quais os autores da “primeira geração” da “Escola Histórica Alemã” se vincularam se mostraram como “potências” que se insinuaram a “ultrapassar” ou alcançar o estágio de desenvolvimento econômico da Inglaterra (ou da França). Estes Estados, especialmente a Saxônia e Baden, onde estavam Roscher e Knies, estavam mais comprometidos com a manutenção de sua posição soberana com relação ao expansionismo prussiano e austríaco do que com projetos de engrandecimento da “nação alemã” no contexto europeu.

Estas observações colocam, como dito anteriormente, a segunda pergunta ou “problema” para as narrativas tradicionais a respeito da “Escola Histórica Alemã”: por que nenhum dos fundadores da “Escola”, se sua motivação central era a preocupação com o “atraso alemão”, serviu ao Estado Prussiano ou ao Império Austríaco, aqueles que, de fato, poderiam conduzir politicamente a superação daquele “atraso”?

## **5. OBSERVAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE PESQUISA**

Não foi objetivo deste artigo questionar a existência da “Escola Histórica Alemã” ou discutir a partir de que bases teóricas ela pode ser definida, como o fizeram Bruce Caldwell (2001) e Heath Pearson (1999, 2001). Tão pouco foi seu objetivo questionar a postura filosófico-metodológica que sugere a existência de uma conexão entre a construção de ideias ou pensamentos e o ambiente espaço-temporal, ou histórico, onde surgem. Foi, antes, seu objetivo, o de questionar *como* essa associação é feita nas narrativas tradicionais a respeito da “Escola Histórica Alemã”. O que o texto sugeriu, a partir das perguntas que elencou, é que esta vem sendo feita de maneira pouco cuidadosa ou criteriosa. Com o passar do tempo, tornou-se jargão ou elemento quase indispensável às

narrativas que tratam da “Escola” afirmar que ela é um produto direto da “realidade particular” da “Alemanha” no século XIX. Ao observar, porém, com maiores detalhes, as características daquela “realidade”, parece necessário que maiores pesquisas se dediquem a compreender de que forma, em que medida e porquê aquele “ambiente” influenciou o pensamento da “Escola”.

Talvez um dos caminhos para a solução da controvérsia entre Pearson e Caldwell seja precisamente o esclarecimento dos fatores políticos e econômicos que marcaram o ambiente onde surgiu a “Escola” e, portanto, em que medida os adjetivos “histórica” e “alemã” podem ser realmente a ela atribuídos.

Uma impressão gerada pela pesquisa, a ser investigada ulteriormente, é a possibilidade de que tenha havido uma espécie de ruptura entre as duas “gerações” da “Escola”. A “primeira geração”, de Roscher, Hildebrand e Knies, parece ter estado mais próxima da “economia política inglesa”, dialogando com a mesma frequentemente. Por outro lado, os membros da “segunda geração”, capitaneados por Schmoller, desenvolveram críticas mais profundas, e recuperaram com mais força a tradição cameralista e a postura “romântica”. Os principais membros da “primeira geração” encontram-se no sul da Alemanha, em Estados cujo movimento político é de oposição aos avanços da Prússia, e onde os trabalhos de Smith e Mill exerceram considerável influência. Em contrapartida, toda a “segunda geração” se vinculou com maior clareza ao Estado Prussiano, em torno da Universidade de Berlim, e num momento histórico radicalmente diferente, quando o território “alemão” já havia sido unificado politicamente sob o comando das forças prussianas.

Uma segunda impressão gerada pela pesquisa foi a importância de compreender em que medida a filosofia alemã, principalmente a *Popularphilosophie* e o pensamento de Herder, influenciaram o desenvolvimento da “Escola Histórica”. Neste caso, a conexão entre as duas “gerações” parece mais robusta, ao ponto de sugerir a existência de apenas uma única tradição, com desenvolvimentos teóricos em diversos campos. Nesse sentido, a “Escola Histórica Alemã” faria parte de uma concepção mais ampla a respeito do conhecimento, tratando de seus desdobramentos na área econômica.

O corpo deste artigo, bem como estas observações finais, tiveram o objetivo de estimular maiores debates a respeito do “pensamento alemão”, debates estes que, como dito, parecem ter se tornado incipientes na HPE. Questionar a “narrativa tradicional” a respeito daquele “pensamento” traz consigo a proposta de repensá-lo, à luz de novos elementos, admitindo que ele tem importância não apenas como tema da História do Pensamento, mas igualmente para compreender (ou criticar) o atual estágio das “ciências econômicas”, pois, como sugere Hodgson (2001, p. 59), embora a “Escola” tenha “levantado e respondido aos principais problemas conceituais e metodológicos das ciências sociais”, e embora “poucas escolas do pensamento econômico tenham tido tanta longevidade e proeminência”, “[t]he historical school has been largely forgotten.”.

## REFERÊNCIAS

- BARKAI, Haim. The old historical school: Roscher on money and monetary issues. *History of Political Economy*, Vol. 21, No. 2, 1989.
- BAZILON, Richard. J. Economic integration and political sovereignty: Saxony and the Zollverein, 1834-1977. *Canadian Journal of History*, vol. XXV, No. 2, 1990.
- BETZ, H. K. How does the German historical school fit?. *History of Political Economy*, Vol. 20 No. 3, 1988.
- BLACKBOURN, David. *The long nineteenth century. A history of Germany, 1780-1918*. Oxford & New York: Oxford University Press, 1998.
- BRIGGS, Asa. History and the social sciences. In: RÜEGG, W. (ed.) *A History of University in Europe. Vol. III: Universities in the Nineteenth and early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BROSE, Eric D. *German history 1789-1871: from the Holy Roman Empire to the Bismarckian Reich*. Providence, RI: Berghahn Books, 1997.
- BRUNN, Geoffrey B. The balance of power during the wars, 1793-1814. In: CRAWLEY, C. W. (ed.) *The New Cambridge Modern History, vol. IX: War and peace in an age of upheaval, 1793-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- BRYCE, James. *The Holy Roman Empire*. New York: Schocken Books, 1964.
- CALDWELL, Bruce. There Really Was a German Historical School of Economics: A Comment on Heath Pearson. *History of Political Economy*, Vol. 33, No. 3, 2001.
- CARR, William. *A history of Germany, 1815-1945*. Oxford: Palgrave Macmillan, 1979.
- CHARLE, Christophe. Patterns. In: RÜEGG, W. (ed.) *A History of University in Europe. Vol. III: Universities in the Nineteenth and early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- FINER, Samuel E. State- and nation-building in Europe: the role of the military. In: TILLY, C. (ed.) *The formation of national states in western Europe*. Princeton & London: Princeton University Press, 1975.
- FOOT, Michael. The origins of the Franco-Prussian war and the remaking of Germany. In: BURY, J. P. T. (ed.) *The New Cambridge Modern History, vol. X: The Zenith of European Power 1830-70*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- GAGLIARDO, John G. *Germany under the old regime, 1600-1790*. London: Pearson UK, 1991.
- GERBOD, Paul. Relations with authority. In: RÜEGG, W. (ed.) *A History of University in Europe. Vol. III: Universities in the Nineteenth and early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Resources and Management. In: RÜEGG, W. (ed.) *A History of University in Europe. Vol. III: Universities in the Nineteenth and early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004b.

GEVERS, Lieve; VOS, Louis. Student Movements. In: RÜEGG, W. (ed.) *A History of University in Europe. Vol. III: Universities in the Nineteenth and early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GOOCH, George P. *Studies in German history*. London: Longmans, 1948.

GULICK, E. V. The final coalition and the Congress of Vienna, 1813-15. In: CRAWLEY, C. W. (ed.) *The New Cambridge Modern History, vol. IX: War and peace in an age of upheaval, 1793-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

HAFFNER, S. *The rise and fall of Prussia*. London: Phoenix, 1998. (Paperback Edition).

HAGEMANN, Harald. Roscher and the theory of crisis. *Journal of Economic Studies*, Vol. 22, No. 3/4/5, 1995.

HAMEROW, T. S. *Restoration, revolution, reaction: economics and politics in Germany, 1815-1871*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

HAMMERSTEIN, Notker. Epilogue: universities and war in the twentieth century. In: RÜEGG, W. (ed.) *A History of University in Europe. Vol. III: Universities in the Nineteenth and early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HENDERSON, William O. *The state and the Industrial Revolution in Prussia, 1740-1870*. Liverpool: Liverpool University Press, 1967.

\_\_\_\_\_. *The Zollverein*. London: Frank Cass, 1968.

HODGSON, Geoffrey Martin. *How Economics Forgot History: The Problem of Historical Specificity in Social Science*. Economics as Social Theory. Taylor & Francis Routledge, 2001.

IKEDA, Yukihiro. Roscher's *Grundlagen* in the history of economic thought. *Journal of Economic Studies*, Vol. 22, No. 3/4/5, 1995.

JOLL, James. Prussia and the German problem, 1830-66. In: BURY, J. P. T. (ed.) *The New Cambridge Modern History, vol. X: The Zenith of European Power 1830-70*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

KRABBE, Jacob J. Roscher's organistic legacy. *Journal of Economic Studies*, Vol. 22, No. 3/4/5, 1995.

MILFORD, Karl. Roscher's epistemological and methodological position. Its importance for the *Methodenstreit*. *Journal of Economic Studies*, Vol. 22, No. 3/4/5, 1995.

MONTES, Leonidas. The origins of *Das Adam Smith Problem* and our understanding of sympathy. In: PEART, Sandra J.; LEVY, David M. *The street porter and the philosopher: conversations on analytical egalitarianism*. Michigan: The University of Michigan Press, 2008.

ORRUÑO, J. M. Ortiz de et al. La historia de Alemania en documentos. In: ORRUÑO, J. M. O. de; SAALBACH, M. (eds.) *Alemania (1806-1989): Del Sacro Imperio a la caída Del Muro*. Servicio Editorial Universidad Del País Vasco: 1994.

PEARSON, Heath. Was there really a German historical school of economics? *History of Political Economy*, Vol. 31, No. 3, 1999.

\_\_\_\_\_. Response to Bruce Caldwell. *History of Political Economy*, Vol. 33, No. 3, 2001.

PORTILLO, J. M. Los problemas políticos y constitucionales de la Confederacion Germanica en su momento formativo (aproximacion historiografica). In: ORRUÑO, J. M. O. de; SAALBACH, M. (eds.) *Alemania (1806-1989): Del Sacro Imperio a la caida del Muro*. Servicio Editorial Universidad Del Pais Vasco: 1994.

ROSENBERG, Hans. *Bureaucracy, aristocracy and autocracy. The Prussian experience: 1660-1815*. Boston: Beacon Press, 1958.

RÜEGG, Walter. Themes. In: RÜEGG, W. (ed.) *A History of University in Europe. Vol. III: Universities in the Nineteenth and early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004a.

\_\_\_\_\_. European Universities and Similar Institutions in existence between 1812 and the end of 1944: a chronological list. In: RÜEGG, W. (ed.) *A History of University in Europe. Vol. III: Universities in the Nineteenth and early Twentieth Centuries (1800-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004b, pp. 673-706.

RÜRUP, R. Revolution and Reform: Germany and the French Revolution of 1789. In: RÜRUP, R. (ed.) *The Problem of Revolution in Germany, 1789–1989*. Oxford, England: Berg, 2000.

SCHROEDER, Paul. W. Did the Vienna settlement rest on a balance of power? *American Historical Review*, V. 97, No. 2, 1992.

SENN, Peter R. The German historical schools in the history of economic thought. *Journal of Economic Studies*, Vol. 32, No. 3, 2005.

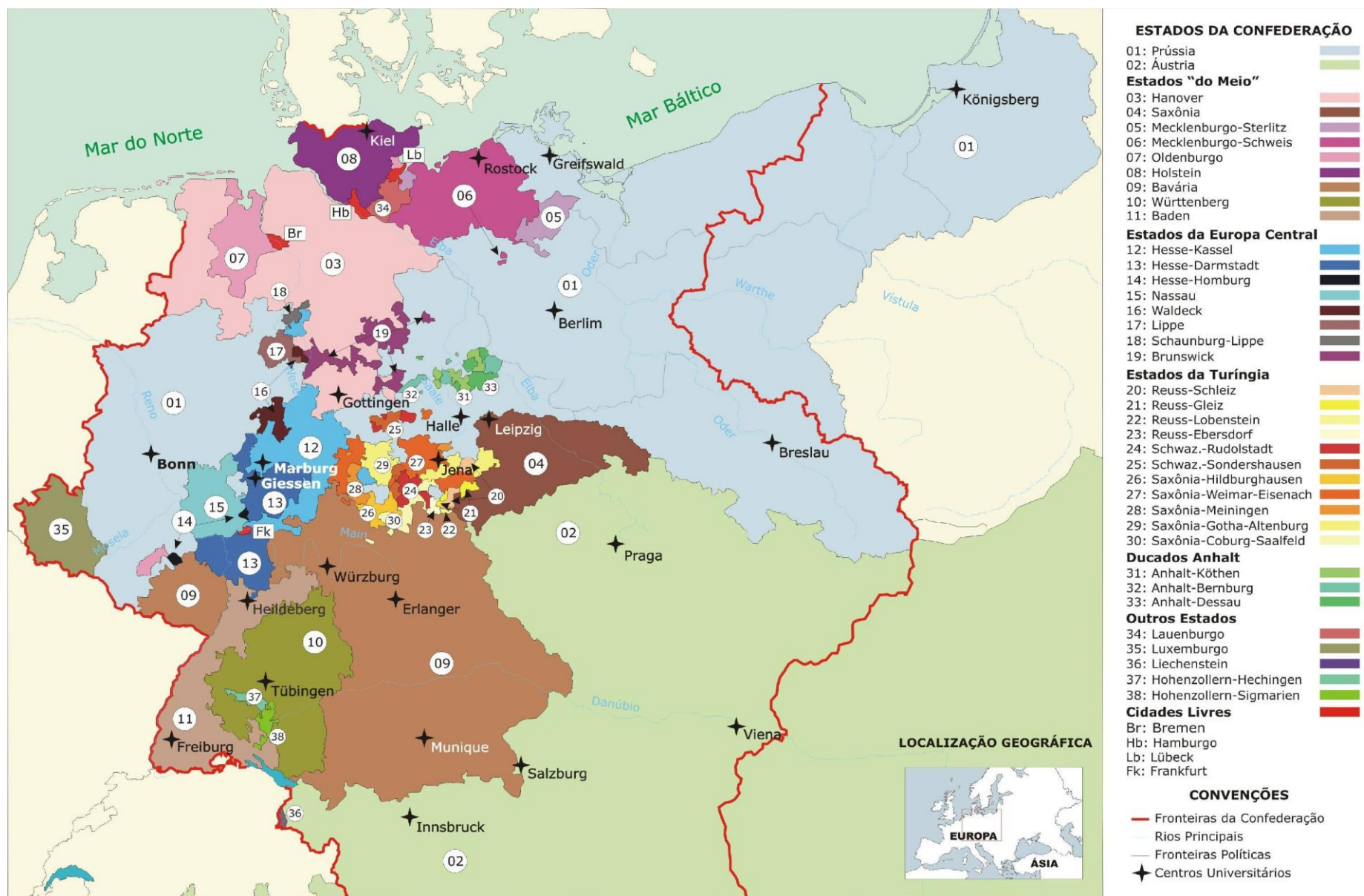
SNYDER, Louis L. *German nationalism: the tragedy of a people. Extremism contra liberalism in Modern German history*. Port Washington, NY: Stackpole Co., 1969.

TOMO, Shigeki. Beyond Roscher or not? A reappraisal of Menger's and Böhm-Bawerk's contributions to the theory of interest. *Journal of Economic Studies*, Vol. 22, No. 3/4/5, 1995.

TRIBE, Keith. *Governing Economy. The Reformation of German Economic Discourse 1750-1840*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

YAGI, Kiichiro. Karl Knies, Austrians, and Max Weber: a Heidelberg connection? *Journal of Economic Studies*, Vol. 32, No. 4, 2005.

## ANEXO: A CONFEDERAÇÃO GERMÂNICA (1815) E SEUS PRINCIPAIS CENTROS UNIVERSITÁRIOS



Fonte: Elaboração Própria a partir das séries de Mapas Históricos: i) Kartenserver, do Institut Für Europäische Geschichte Mainz – IEG ([www.ieg-mainz.de](http://www.ieg-mainz.de)); e ii) Rundfunk Berlin-Brandenburg, do Preussen Chkronik – Eines Deutschen Staates (programa de comemoração dos 300 anos da Prússia [www.preussenchronik.de](http://www.preussenchronik.de)).